

LUGAR-TERRITORIALIZADO/TERRITÓRIO LUGARIZADO: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM METODOLÓGICA-CONCEITUAL A PARTIR DO BAIRRO RESTINGA – PORTO ALEGRE/RS

Tiago Bassani Rech¹

<https://orcid.org/0009-0004-3757-0485>

RESUMO

Esta reflexão é fruto da análise da sucessão de ações oriundas de lideranças comunitárias do bairro Restinga que culminaram na implantação de um campus do Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS, no bairro. O bairro, periférico de Porto Alegre, possui diversas carências, resultado direto e deliberado da falta de ações do Estado para suprir as demandas daquele aglomerado urbano. Ao considerar a história da formação geográfico do bairro, aliada à implantação do campus, busca-se compreender multifatores relacionados às categorias de análise do espaço geográfico que culminam com um conceito híbrido: lugar-territorializado, território-lugarizado. Nesta proposta, debate-se os elementos analisados (e como foram analisados) capazes de sustentar o conceito, apoiado pelas reflexões de Gomes, Haesbaert, Marandola Jr, Rech, Santos e Serpa, bem como, o papel deste conceito no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: lugar-territorializado/território-lugarizado; Periferia Urbana; Espaço Escolar; Bairro Restinga

1. PARA SITUAR OS EVENTOS ONDE ELES OCORREM

Quando pensamos o espaço, nos utilizamos de conceitos articuladores para melhor compreensão das suas dimensões, considerando a relação sociedade-natureza, típica da geografia. Estas subdivisões possuem suas delimitações, embora maleáveis, permitindo a evolução das suas dimensões na compreensão do espaço. Contudo, em alguns locais, o esforço da maleabilidade precisa ser mais intenso, especialmente, naquelas partes onde o ordenamento territorial se deu de forma mais difusa do que comumente ocorre nas centralidades das cidades. É neste contexto que a discussão sobre uma maior maleabilidade entre os limites de uma e de outra categoria de análise do espaço se torna necessária, visto das características dessa organização territorial, a forma como os conceitos são interpretados, também precisa acompanhar os eventos. Por essa razão, o conceito de lugar-territorializado ou território-lugarizado (Rech e Rego,

¹ Professor doutor no Campus Restinga do IFRS – tiago.rech@restinga.ifrs.edu.br

2021) é pertinente quando a análise recai sobre as periferias, comumente reflexos de processos excludentes do modelo capitalista e o bairro Restinga torna-se um excelente exemplo disso, localizado no extremo sul de Porto Alegre/RS. A formulação deste conceito, desenvolvida pelos autores, envolve a compreensão de sentimentos e afetos expressos pelo lugar que se vive – e que se lutou para viver. Pensar o lugar-territorializado sugere compreender que “o amor pelo lugar forma perspectivas de consciência do mundo e a consciência do mundo forma perspectivas de amor pelo lugar”. Como são efeitos recíprocos, esta consciência e o amor se destacam e se apresentam na defesa e, portanto, na posse do lugar, “como território a ser produzido, por consciência e por amor em processo, por sujeitos, que, em graus variados, compartilham destinos, associados ao lugar e ao desdobramento do lugar em território”. (p. 659)

Quando pensado pela perspectiva do território, como o território-lugarizado, envolve a concepção semelhante, pois “apossar-se ou estar em movimento de posse de um território é condição para a territorialidade, como expressão de um viver, possibilitado por esse território e, dependendo dos sujeitos desse viver”. Apossar-se ou estar em posse significam a intenção sobre o território, que pode passar a significar “lugar de referência para sentimento de pertença e de destino compartilhado, de lugar no mundo e diante do mundo, para o qual os sujeitos afirmam, simultaneamente, sua diferença e sua identidade”. (idem)

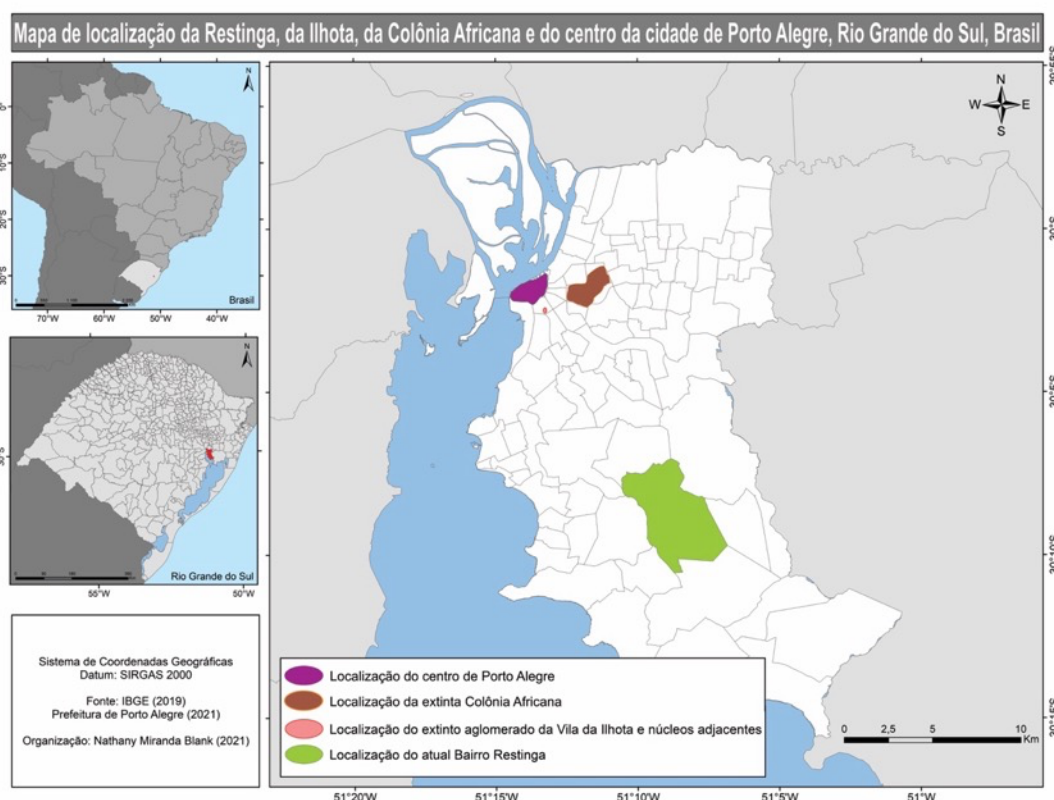
O que isto significa (em outra forma de abordar, mas também importante)? Devido à necessidade de ser protegido, o lugar de amores e de consciência do mundo precisa se afirmar como posse e como diferença (identidade), enquanto território em confronto, ou conflito; uma vez que possibilita a vida em amores e a consciência do mundo, o território de confronto também se significa, como lugar de amores e de consciência do mundo. Lugar e território, ao mesmo tempo.

Estas concepções não indicam uma tentativa de delimitação ou de estabelecer uma divisão entre o dentro e o fora do bairro Restinga, conforme os depoimentos recebidos por lideranças comunitárias que ali residem, mas sim, a luta que se confronta é, também, uma reivindicação. Neste interim, a educação é o mote considerado pelos atores envolvidos como um dos fatores fundamentais de inserção cidadã da comunidade em diferentes escalas. Isso reflete o entendimento como um ato de

inserção, da possibilidade de acesso aos equipamentos urbanos que a centralidade da cidade dispõe – e que o bairro não dispunha –, sem perder suas características culturais.

Diante destes pressupostos, algo que se torna relevante é compreender como foi possível realizar tais análises e, neste caso, esta proposta envolve debater os conceitos, à luz da Geografia, que são mobilizados para compreendê-los e como eles estão inseridos nas falas das pessoas entrevistadas.

Mapa de localização da Restinga, Ilhota, Colônia Africana e centro de Porto Alegre/RS



Fonte: organizado por Nathany Miranda Blank

O recorte espacial de onde esta análise se depreende é o bairro Restinga, como já mencionado. Trata-se de um assentamento urbano periférico, na capital gaúcha, conforme o mapa de localização, distante 25 km do centro da cidade, composta, predominantemente por uma população de baixa renda, com acessos precários ou limitados a infraestruturas e serviços básicos, como é comum nas periferias, representando um local de exclusão social e segregação, mas também de resistência cultural e luta por direitos. Ao escrever sobre o bairro, ou apenas Restinga, é possível a conceituar como um bairro periférico se desenvolveu a partir de processos histórico-

geográficos, indissociáveis, sendo um suporte do outro, como mencionado anteriormente pelo conceito de lugar-territorializado, ou território-lugarizado.

Este assentamento urbano foi estabelecido no final dos anos de 1960, durante a ditadura militar a partir das remoções forçadas de populações pobres próximas à centralidade da cidade, promovidas pela administração pública e consonante com as políticas higienistas presentes naquele período, também conhecido como remocionismo (Brum, 2013). A partir do assentamento, os moradores da Ilhota² foram reassentados, reterritorializando seus hábitos e costumes neste novo local.

Ao contrário do prometido, a Restinga, na sua constituição, não teve investimentos do Estado para sua organização, mas, ao contrário, o Estado ali se fez intencionalmente ausente. A forma pela qual os moradores encontraram para existir foi a partir da resistência, em diversas ações capitaneadas pelas lideranças comunitárias que exigiam a instalação de infraestruturas mínimas para a população residente. Este processo foi replicado ao passar dos anos, ao demandar novas infraestruturas. De um local que era uma área de restinga, ou seja, uma área repleta de maricás (um arbusto espinhoso) num solo arenoso e lodoso, para um bairro, atualmente, pujante, com 62 mil habitantes, aproximadamente, conforme o Censo de 2021, que conta com um hospital, uma escola técnica federal e diversos equipamentos urbanos. Esta trajetória possui muitas conotações, que, dentre elas, algumas formas apresentadas por Araújo (2019), Gamalho (2009) e Rech (2021).

Embora diferentes locais possuam diferentes formas de organização e dinâmicas de ações distintas, é possível que alguns deles possuam semelhanças. Nesta reflexão, se espera contribuir com uma metodologia capaz de coletar os dados acerca dos constituintes do lugar, território, paisagem e, sobretudo, dos afetos, elementos que são necessários para a análise da Restinga e, quem sabe, de outros locais.

² Era uma vila, assim chamadas as favelas no Rio Grande do Sul, próximo à centralidade da cidade, onde hoje está localizada a Praça Garibaldi, em frente ao ginásio Tesourinha, na Av. Érico Veríssimo, esquina com a Av. Venâncio Aires.

2. OS SUJEITOS DA ANÁLISE E SUAS MANIFESTAÇÕES À LUZ DOS CONCEITOS PROPOSTOS.

A metodologia de coleta de dados para formar este conceito partiu da pesquisa-ação, pela inserção intensa e direta no bairro, local de estudo. Ao conhecer a história do bairro e seus principais atores de destaque, a abordagem ocorreu por entrevista, no formato semiestruturado, com perguntas abertas, cuja proposta foi, a partir das narrativas, encontrar as conexões das(os) entrevistadas(os) com o bairro, seus afetos, pertencimentos e ações desencadeadas em prol do desenvolvimento socioeconômico-cultural desse local. Ao todo, foram entrevistadas oito lideranças, que possuíam envolvimento direto no movimento de lutas para melhorias no bairro, entre elas, a instalação do campus Restinga, vinculado ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS, onde o conceito híbrido de lugar-territorializado/território-lugarizado foi identificado. Este híbrido (Haesbaert, 2021), está alinhado a uma forma de leitura de mundo, contextualizada na modernidade e inserida na globalização, cuja dinâmica o pensamento moderno não dá conta. E é justamente no contexto simbólico-identitário permeado por distorções políticas e econômicas e, por vezes, violenta, que esta leitura é forjada, como melhor forma de analisar os acontecimentos presentes na história e na geografia do bairro.

Para narrar os acontecimentos neste estudo, como já mencionado, as entrevistas, foram utilizadas, contudo, neste caso, restritas às contribuições de Maria Salete, Cláudia, Djanira, Maria Clara e Ênio, Maria Guaneci e José Ventura. Estas lideranças, exceto Maria Clara e Ênio, devido à idade avançada, seguem ativos nas demandas em favor da comunidade. As suas contribuições foram sistematizadas por temas ou assunto, embora, muitas vezes, estejam intrinsecamente ligados. Os temas escolhidos foram história de engajamentos e lutas; afetos e pertencimentos; reivindicações; perspectivas a partir das lutas; sentimentos de coletividade e estereótipo. Ao todo, foram selecionados quarenta e três excertos: dez deles sobre história de engajamentos e lutas e o mesmo número em afetos e pertencimentos; sete em reivindicações; cinco em perspectivas a partir das lutas e em estereótipos; e, seis em sentimentos de coletividade.

Estes fragmentos textuais simbolizam a trajetória de ações que resultou na instalação do campus Restinga-IFRS. Neste sentido que esta unidade educacional, um espaço escolar, é permeada pelos sujeitos envolvidos, pois é o fruto de suas batalhas e, para a comunidade, faz parte dos marcos territoriais que simboliza um lugar-territorializado, portanto, ele é o objeto de estudo final da pesquisa.

3. AS TRILHAS CONCEITUAIS PARA SE CHEGAR AO CONCEITO PROPOSTO

Para dar suporte à proposta apresentada, é mister a compreensão e reflexão de alguns autores, com as respectivas tradutibilidades nas falas dos entrevistados, de modo a situar o conceito e sua ocorrência no cotidiano. A análise a partir da perspectiva fenomenológica encontra suporte em Marandola Jr. (2014) e Ângelo Serpa (2019), que tratam dos espaços vividos, que é entrelaçada com as territorialidades, presentes em Serpa e, de forma mais intensa, em Haesbaert (2021), que as contextualiza nas diferentes realidades sociais, fruto das desigualdades do capital. Este conjunto de análises sobre território possui aderência com o/no mundo globalizado, que são abordadas por Milton Santos (2006). Utilizar individualmente tais lentes conceituais para analisar a Restinga e o espaço escolar, é suficiente para explicar os eventos de forma individualizada, mas insuficiente para compreender as relações que se estabeleceram ao longo do tempo. Logo, buscar uma metodologia que pode ser replicada a partir da identificação individualizada dos eventos e da análise conjunta destes pelos conceitos apropriados se torna uma necessidade.

Para além disso, Nilma Lino Gomes (2017) também contribui para a análise ao defender o papel do movimento negro na educação e a necessidade de se pensar políticas de reparação à história e cultura afro-brasileira. Esta necessidade se adequa fortemente às periferias, pois concentram percentuais maiores de população autodeclaradas pretas e pardas quando comparadas ao restante da cidade, especialmente, no bairro Restinga.

Como mencionado, conceitos de lugar, território e paisagem são necessários para compreender o objeto de estudo, ou seja, o contexto da criação do campus, num bairro

periférico, com histórico de luta por infraestruturas básicas, a partir das lideranças comunitárias. Os resultados destas lutas estão materializados no espaço, como a paisagem demonstra, mas também carrega uma enorme carga imaterial, presentes nos significados destes símbolos, interpretados a partir dos diálogos com os moradores que lideraram o processo. Esta ideia é apoiada por Haesbaert (2021), que reflete profundamente sobre o giro (multi)territorial na “América Latina”. Para o autor, há a compreensão de multi-territórios, algo como um pluriverso, resultado do “reconhecimento da multiplicidade advinda no sentido da configuração de distintos mundos” (p.58). Um destes mundos é a Restinga.

O lugar, para Haesbaert e para outros, como Serpa (2019), tangem o território. Nestes dois autores, encontramos essa aproximação, especialmente, pelas relações afetuosas, com fortes conexões identitárias. O lugar tanto cria como também recria as diferenças que compõem as múltiplas identidades e, ao mesmo tempo, produz uma identidade de grupo, como o Restingueiro – estereótipo atribuído aos moradores da Restinga pelos demais moradores da capital –. Este estereótipo era bastante depreciativo, carregado de preconceitos e que foi ressignificado pelos moradores do bairro para um povo batalhador, cujo resultado esteve presente no enredo da escola de samba do bairro, que o rebatizou para Restinguerreiro. Estas identidades estão lá representadas, dentre outras evidências, pela existência do Super Tinga, o super-herói do bairro. Um pouco diferente dos dois autores, Marandola Jr. concebe o lugar muito próximo a dos primeiros, porém, mais restrito às identidades e ao pertencimento

[...] nas comunidades e nas periferias, a rua é a extensão da casa. Símbolos, referenciais, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos despertam um profundo sentimento de bairrofilia: sensação essa de apego, pertencimento, desenvoltura, filiação e bem-estar. (Marandola Jr., Holzer; Oliveira, 2014, p. 39).

Esta ideia de pertencimento aparece nitidamente num excerto da entrevista com Cláudia, no contexto dos processos de busca de melhorias: “*mas a gente tinha assim, aquela vontade de eu estou lutando porque eu quero algo que me pertence*”. Este sentido dado pela oradora também vinha associada de demonstrações mais contundentes, quando mencionava que faziam barreiras humanas em bloqueios de ruas para chamar a atenção do poder público e da imprensa.

Contudo, o conceito dos autores é mais restrito, pois o sentimento abordado é o de bairrofilia (Marandola Jr., 2014), muito próximo ao pertencimento, limitando-se a isto. Os demais autores introduzem uma nova dimensão, que é o afeto. Tais concepções se adequam em maior ou menor grau, especialmente, quando são analisados os vínculos que os moradores estabelecem com o bairro (Rech, 2021), pois, neste caso, o lugar é compreendido a partir das conexões, afetividades, identidades e diferenças presentes. Destas conexões afetuosas, depreende-se a luta pelo bairro, visualizada em suas melhorias, logo, apropriando-se dele e estabelecendo relações de poder, simbólicas, onde se observa o território nitidamente presente. Este conjunto de características se aproxima a Haesbaert (2021), que entende o território como uma dimensão prática de análise, pois ele não é apenas um dado espacial ou uma delimitação administrativa, mas uma condição relacional de poder — envolvendo aspectos econômicos, simbólicos, afetivos. É neste cenário que o autor enfatiza como movimentos sociais (povos originários, comunidades tradicionais) reivindicam territórios, os ressignificando como “territórios de vida”.

Embora a Restinga não seja constituída a partir de povos originários ou um quilombo, é possível inferir que ela parece ter se organizado de forma semelhante, guardadas as devidas proporções, especialmente dado o seu processo de constituição, luta por melhorias e defesa dos seus interesses para os moradores. Tal semelhança é encontrada no conceito de quilombo utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que compreende que quilombos nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. Ou seja, é um espaço de coalisão, organizado pelos interesses comuns, afetos, pertencimentos, mas, sobretudo, de resistência. Contudo, aqui não está se defendendo e nem se pretende defender que a Restinga seja um quilombo. A comparação é no sentido da organização inicial. Dada sua magnitude populacional, não é possível afirmar que tais dimensões territoriais, afetivas e identitárias se estenda à totalidade populacional, quiçá uma pequena parte.

Voltemos ao contexto dos afetos, Maria Salete destaca seu amor ao afirmar que *“sempre amei muito assim essa coisa de se lutar pelas coisas de se batalhar, em busca*

das melhorias. Então eu amei quando eu cheguei aqui". Note que os sentimentos expressos a partir das causas pelo lugar o transforma em algo a ser defendido, logo, o territorializa. Tal dimensão de lutas e afetos manifestada pelos interlocutores é notável, ao compor praticamente a metade dos excertos extraídos. Nas falas de todos, a expressão *"luta por melhoria"* é muito constante, ao passo que avança para uma defesa ferrenha deste lugar, mais uma indicação de indissociabilidade.

No contexto de abordagens mais atuais sobre como a sociedade se organiza em diferentes extratos sociais, como é o caso da Restinga, encontramos em Haesbaert (2021) a ideia de que as epistemes e os modos de vida alternativos estão enraizados em territórios concretos e simbólicos. Assim, o território deixa de ser apenas uma categoria de análise geográfica para torna-se o lugar de resistência e r-existência. A noção de resistência está alicerçada em Haesbaert, *apud* Porto-Gonçalves, no contexto da análise da de(s)colonialidade. Para o autor, "um dos traços fundamentais da colonialidade do poder é o profundo legado escravista e patriarcal onde proliferam, até hoje, violências de classe, de raça, de gênero, de língua e de religião" (p. 162). Em aproximação refinada ao que Gomes (2017) defende sobre a invisibilidade da história e cultura da população negra, o autor discorre sobre a episteme "de(s)colonial", pois ela consiste em "dar voz aos invisibilizados, aos grupos subalternos e suas formas de saber. Daí tratarmos o território, nessa ótica, como territórios de r-existência, retomando expressão difundida por Carlos Walter Porto-Gonçalves" (Haesbaert, 2021, p. 162). Para o autor,

mais que resistência, que significa retomar uma ação anterior e, assim, é sempre uma ação reflexa, o que temos é r-existência, isto é, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que atua nas circunstâncias, inclusive reatua a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, atua entre duas lógicas" (Haesbaert, 2021, p. 162, *apud* Porto-Gonçalves, 2013, p. 169)

A r-existência concebida por Porto-Gonçalves pode ser deduzida no fragmento da entrevista de Guaneci, pois ela manifestou sua consciência das deficiências de infraestruturas locais, desde que foi habitar o bairro: *"eu preciso de um lugar decente para eu morar, então eu comecei a me inserir nas lutas, comecei a ir para associação de moradores. (...) E a gente se fortaleceu, porque a gente se juntou com outras mães, com outras mulheres, para dar conta dessa demanda, não só para os meus filhos, mas também para toda comunidade"*.

Uma das formas de demonstrar a r-existência é a presença, no cotidiano, das marcas e símbolos que representam tais movimentos. Isso implica em reconhecer a paisagem como um elemento presente e necessário para inserir na análise, tal qual lugar e território, pois ela é reflexo de acúmulos de tempos, materializadas naquele momento de análise. Por exemplo, situando a área de estudo, há, na avenida principal do bairro, uma praça chamada Esplanada da Restinga. Ali, há oito pilares instalados. Numa das entrevistas realizadas, o entrevistado José Ventura, um líder comunitário, relatou que eles representam as oito comunidades que “sustentam” a Restinga, que são elas Primeira Unidade (1), Segunda Unidade (2), União (3), Chácara do Banco (4), Barro Vermelho/Núcleo Esperança (5), Quinta Unidade, até Pitinga (6), Salso (7), e Distrito Industrial (8), neste último estão localizados o campus Restinga e o Hospital da Restinga.

Este é um exemplo prático do significado dos marcos territoriais, ao demonstrar que os objetos têm qualidades de primeira ordem, ou seja, qualidades naturais e técnicas – a existência da Esplanada com as oito colunas – e, também, qualidades de segunda ordem, logo, qualidades sociais, como demonstrado no significado que cada coluna possui (Serpa, 2019, p. 51). Enfatizando que, em si, os objetos não possuem valor ou significado pela mera existência, mas sim, o significado é atribuído pelos atores que ali convivem, em maior ou menor importância, dependendo do sujeito. Contudo, a análise de sua simbologia é necessária.

É aqui que Haesbaert (2021) e Serpa (idem) convergem para a compreensão que se quer buscar: o território como categoria prática de análise do espaço está presente numa multiplicidade de elementos que expressam relações de poder, que podem ser reveladas por dimensões materiais (estruturas no/do território), simbólicas, identitárias e afetivas, em diferentes escalas. Estas relações, quando materializadas, estão presentes na paisagem. Quando se observa a Restinga, um marco territorial presente na paisagem é o campus Restinga. A este marco territorial, é atribuído afeto pelos sujeitos que dele fazem parte, ou seja, moradores do bairro, estudantes e servidores. Aqui, novamente, a o excerto extraído de Guaneci colabora perfeitamente para compreender a praticidade do território: *“então hoje, quando eu vou lá no IF e vejo aquele monte de alunos transitando, as atividades, os professores, os servidores, que nem sabem quem eu sou. Às vezes eu estou sentada ali esperando alguma reunião, eu fico olhando eles*

[estudantes]³ fazendo alguma atividade e penso assim ‘nossa, eles não têm ideia de como a gente lutou, de como a gente brigou para ter esse espaço, eles nem sabem, quem é a Guaneci, não é?’ Mas isso é tão gostoso, poder ficar no anonimato e poder dizer ‘a gente venceu’. Eu não venci sozinha, a gente trouxe muitas pessoas para a luta, e essas pessoas – e isso que é interessante, a gente priorizou isso: quem é da comunidade”.

É nítida, neste texto, a importância dada ao campus e que, justamente, é um elemento que representa o que Haesbaert (idem) define território como categoria prática de análise. Território esse que também é lugar de atuação, como mencionado pela interlocutora, uma vez que ela segue fazendo parte das ações do campus Restinga, ou seja, representa o conceito apresentado, pois, quando afirmamos que “o amor pelo lugar forma perspectivas de consciência do mundo e a consciência do mundo forma perspectivas de amor pelo lugar”, estamos traduzindo exatamente esta situação.

Tal ação não é restrita a Guaneci. Os demais interlocutores possuem forte ligação com o campus e, frequentemente, estavam presentes nas ações institucionais, como, por exemplo, Cláudia e José Ventura, que são egressos do campus. Outra forma de conexão com a comunidade é a presença de elementos artísticos, como os painéis pintados por artistas do bairro e por estudantes, a partir de oficinas realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI do campus para tal fim, que o aproximava ainda mais da identidade presente no bairro, conforme a figura 1 a seguir. Como foi estruturado anteriormente, a Restinga possui um percentual muito maior de população autodeclarada preta e parda em relação ao restante da cidade. Esse número não é ao acaso. Note que basta ligar os pontos: periferia removida na década de 50, segregação urbana, estereótipos depreciativos, preconceitos diversos e negligência do poder público. São todos elementos que estão associados a processos que envolvem um racismo estrutural nítido e que as lideranças comunitárias se negaram a aceitar sem tentar mudá-lo. É por isso que Nilma Lino Gomes é essencial para a compreensão do porquê uma escola técnica presente no bairro: a educação é uma peça fundamental de mudança de paradigma.

Esses diversos aspectos observados no bairro Restinga denotam racismo estrutural e estão entremeados indissociavelmente a outras questões, tais como

³ Nos excertos dos(as) entrevistados(as), foram inseridos colchetes para demonstrar o significado e contexto da palavra ou referência.

desigualdades sociais, disparidades na oferta de infraestruturas nos diversos bairros da cidade, como equipamentos de ensino (creches e escolas), disponibilidade de saneamento básico (tratamento de água e coleta de esgotos), disponibilidade de comunicação e conexões de redes, qualidade asfáltica e acessos coerentes com a quantidade de moradores presentes no bairro, postos de saúde, instituições financeiras, etc.

Outro ponto importante que não deve ser descartado é que o racismo estrutural ocorre em maior ou menor proporção na cidade, bem como em outras cidades. O que difere, no caso da Restinga, é que ele aparece muito mais e em maior proporção do que nos bairros com maior renda aquisitiva média e com os alinhamentos muito mais estreitos ao capital e ao poder público. Dizendo de novo de outro modo: o racismo estrutural é abrangente no espaço, apenas que o visível no local são manifestações topológicas e singulares de relações sociais que se processam simultaneamente em escalas mais abrangentes no tempo e no espaço e que podem ser melhor compreendidas em profundidade ao analisar a tese de Rech (2021)⁴.

⁴ <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/234399/001136215.pdf?sequence=1>



Figura 1 - Fotografias dos murais do campus. Fonte: Acervo do campus Restinga

Esta manutenção da identidade é muito próxima daquilo que Nilma Lino Gomes (2017) defende para uma educação para a diversidade étnico-racial. Para ela, a educação tem o papel de resgatar a identidade, através do ensino da literatura e cultura afrobrasileira, por muitos anos, negligenciada. Esta negligência advém de uma produção como não existente, ou seja, ações que invisibilizam intencionalmente, criando uma alternativa não credível ao que existe. Conforme a autora, “há produção de não existência sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível” (p. 41). Em oposição a este cenário, a autora defende a necessidade de dar visibilidade ao que existe, criando, desta forma, um futuro de possibilidades e de potencialidades.

Mas como Nilma Lino Gomes se conecta ao conceito de lugar-territorializado, como ocorre no campus Restinga? Um caminho possível para compreender a conexão passa pela própria definição de/o lugar onde o campus se encontra, pois, todo conceito é geograficamente situado (Haesbaert, 2021, p. 130). Como já descrito, o bairro possui uma história singular e, ao observar o estereótipo do Restingueiro, se pode interpretar como um processo de inviabilização, sistemático e persistente ao longo dos anos. Este estereótipo se aproxima do conceito de Gomes (idem), pois é depreciativo e se conecta diretamente ao criar uma alternativa não credível ao que existe. Djanira manifesta este estereótipo, quando menciona sua felicidade em ver o campus funcionando: *“é a concretização de um sonho, que foi sair das páginas policiais para as páginas da educação”*. Esta expressão é muito potente, pois ressignifica o senso comum sobre o que é o bairro.

Historicamente, a Restinga foi depreciada pelos demais moradores da cidade, a identificando como um lugar perigoso, devido a atuação de traficantes, lugar de criminosos e de pessoas pobres. Ostentar a presença de um campus do Instituto Federal e um Hospital é motivo de orgulho para ela. Seu inconformismo ainda persiste com quem deprecia a Restinga: eu disse *“não, porque eu morei na Restinga e as pessoas lá são muito trabalhadoras, tu não podes julgar o que acontece lá por causa de uma coisa, porque lá tem muita gente batalhadora. Eu saí da Restinga, mas a Restinga não sai de mim, porque realmente eu fazia pela Restinga, e eu estou sempre disposta”*.

Demonstrar a realidade que existe, potencializando-a, é um caminho para o devido (auto)reconhecimento da população presente no bairro, considerando tanto a residente quanto a de passagem. E é aqui que a educação possui relevância.

A partir do afeto, pertencimento e identidade, é possível que o espaço escolar assuma o papel de demonstrar o que existe, bem como pode construir a visibilidade necessária. Tal compreensão de Gomes (2017) se complementa com a de Haesbaert (idem), ao afirmar que o território é uma ferramenta intelectual acionada para compreender a realidade, mas também é um instrumento político, ou seja, um dispositivo estratégico, a exemplo dos movimentos organizados pelas lideranças comunitárias para a própria implementação do campus, que é tanto utilizado para a afirmação hegemônica de inúmeras políticas públicas quanto na resistência de vários grupos subalternos em suas lutas por território.

Dessa forma, ao inserir Nilma Lino Gomes no diálogo entre Serpa, Haesbaert e os demais autores mobilizados, torna-se possível aprofundar a compreensão de que a constituição do lugar-territorializado no contexto escolar — como no caso do campus Restinga — não se limita apenas às interações socioespaciais, à construção simbólica ou aos processos históricos de luta por infraestrutura. Há, simultaneamente, um conjunto de disputas epistemológicas e políticas que atravessam esse espaço, incidindo diretamente sobre os modos como determinados sujeitos são autorizados a existir, aparecer e significar. Soma-se aqui a possibilidade de ampliar significativamente a compreensão sobre as dinâmicas territoriais e experienciais presentes no espaço escolar. Enquanto Haesbaert enfatiza a complexidade do território como construção híbrida — resultante da articulação entre dimensões materiais, simbólicas e políticas — e Serpa destaca o lugar como experiência corporificada, ancorada no cotidiano e nas práticas socioespaciais, Gomes introduz a dimensão epistemopolítica da racialização do espaço e do conhecimento, evidenciando como as ausências são historicamente produzidas no contexto escolar.

Uma forma de compreender como este conceito aparece no cotidiano da Restinga é interpretar o excerto da fala de Guaneci, ao comentar o que significa o campus, ela respondeu que, *“para mim significa a realização de um projeto que não foi pensado só por nós, foi pensado por um grande grupo de pessoas, embora a gente [que] conduziu o processo. Significa ter um espaço de educação qualificado, que promova conhecimento técnico para nossa população, para poder disputar uma vaga de emprego. Significa também mudança na comunidade, porque saber que tem uma escola desse porte aqui na Restinga, numa região que ainda hoje sofre discriminação, preconceito, ainda. A mídia só mostra as coisas ruins que tem na Restinga, não mostra as várias coisas boas que tem, então para mim o IF é um marco positivo muito importante na vida dessa comunidade, na vida da sociedade, para mim e para o mundo, porque eu sei que tem muitos estudos já feitos que comprovam que essa escola foi feita pensando na comunidade”*.

Nilma Lino Gomes (2017) corrobora com o significado atribuído por Guaneci ao campus ao evidenciar que a escola é também um território de disputa pela legitimidade do conhecimento e dos corpos que o produzem. Nas periferias urbanas, como a Restinga, essas disputas se tornam ainda mais explícitas, uma vez que recaem sobre

populações sistematicamente marcadas pela produção de ausências — ausências de reconhecimento, de representatividade, de pertencimento e de direitos. Essa sociologia das ausências opera no espaço escolar como um mecanismo de invisibilização que naturaliza desigualdades e secundariza saberes não hegemônicos, em especial os saberes negros e periféricos. Essas ausências não se configuram como lacunas neutras, mas como efeitos diretos de relações de poder racializadas, vinculadas à colonialidade e à reprodução sistemática do epistemicídio. Nesse sentido, a presença ou ausência de estudantes negros em determinados territórios da escola — sejam eles materiais, simbólicos ou curriculares — não é aleatória, mas resultado de uma territorialização política que delimita, controla e hierarquiza corpos e conhecimentos.

O excerto de Maria Clara também é exemplo de tradutibilidade do conceito e Gomes, uma vez que ela entende a presença do campus como uma *“evolução, que é uma coisa muito benéfica para uma comunidade, que necessita mesmo. Que além de uma população pobre, que não tem condições de ingressar numa faculdade particular, até mesmo não tem condições de conseguir uma vaga numa faculdade pública, ela tem aquilo ali [o IF], tem essa base, tem esse escoro né”*.

Quando estudantes, moradores ou servidores da Restinga adentram o espaço escolar, eles não trazem apenas suas trajetórias individuais, mas carregam consigo e permeiam as territorialidades históricas do bairro — suas memórias de luta, suas práticas coletivas, suas identidades ressignificadas e seus modos de existir. Ao reconhecer essas territorialidades como fontes legítimas de produção de conhecimento, o campus Restinga não apenas se territorializa simbolicamente, mas produz aquilo que Gomes (2017) chama de pedagogias emergentes: práticas educativas forjadas nas experiências de resistência, presença e luta das populações negras e periféricas.

Essas pedagogias emergentes permitem compreender que o lugar-territorializado, no caso do campus, ultrapassa a dimensão afetiva e identitária para constituir-se como território de afirmação epistemológica. A Restinga, historicamente, sofreu processos de deslegitimação simbólica — como o estereótipo depreciativo do “Restingueiro” —, o campus torna-se um espaço de r-existência, na acepção de Porto-Gonçalves, retomada por Haesbaert (2021): um território onde sujeitos historicamente subalternizados constroem novas formas de existir, saber e ocupar o mundo.

Aqui, lugar, território e paisagem se entrelaçam com força. O lugar se manifesta nas experiências vividas, nos vínculos identitários e afetivos; o território nas relações de poder, nas disputas simbólicas e nos processos de apropriação; e a paisagem nos objetos materiais e imateriais que condensam a memória coletiva. Ao mesmo tempo, as pedagogias da presença, da memória e da luta — identificadas por Gomes (idem) no Movimento Negro — encontram-se presentes no cotidiano do campus, ainda que de forma não institucionalizada. Elas se expressam nos murais pintados por artistas locais, nas exposições de obras de artes criadas no bairro, nas narrativas dos estudantes, nas práticas comunitárias que cruzam os muros da escola e nas intervenções que afirmam a identidade Restingueira como valor e não como estigma.

Neste sentido, José Ventura traduz tais concepções de vínculos, pertencimentos, identidades e afetos em sua fala: *“então para nós isso: o campus é nosso. É uma coisa que como diz, que pertence, que já está enraizada na comunidade. [Como se] Essas se acham donas do campus. Não “donas” do campus, digo assim, o campus corre na veia delas, é coisa assim que a gente luta e se tiver, qualquer coisa que houver, vamos supor que, seja desagradável para o campus, se chamar a comunidade, eu tenho certeza que a comunidade vem defender o campus”*.

A partir dessa perspectiva, o diálogo com Haesbaert (2021) se fortalece na medida em que a noção de território deixa de ser apenas um espaço de controle e apropriação para ser compreendida também como espaço de disputa epistemológica. O Movimento Negro, conforme argumenta Gomes, opera reterritorializações pedagógicas que confrontam diretamente a produção institucional de ausências, criando territorialidades educativas que afirmam presenças, memórias e lutas. Assim, as categorias de multiterritorialidade e territorialidades em conflito ganham densidade ao serem lidas a partir da racialização estrutural que atravessa o espaço escolar e seus regimes de visibilidade.

Estas situações que se apresentam no referido local podem ser interpretadas a partir de três leituras de território: o da prática (ou do senso comum), como categoria normativa (ou, o que ele é ou o que ele deve(ria) ser) e como categoria de análise, esta que estamos explorando a partir das anteriores (Haesbaert, 2021, p. 130-131). Desse modo, a análise geográfica do campus Restinga, territorialmente situado, não pode prescindir da compreensão de como raça, território e conhecimento se imbricam. A

invisibilidade histórica da população negra, tratada por Gomes (2017) como produção de não existência, encontra um contraponto nas iniciativas educativas que reafirmam presenças e potencializam identidades. Ao integrar essas contribuições, se passa a reconhecer que a leitura do lugar-territorializado não é apenas descritiva, mas também política: exige identificar tanto as ausências produzidas quanto os mecanismos de resistência e insurgência que as contestam.

3.1 LUGAR-TERRITORIALIZADO, TERRITÓRIO-LUGARIZADO E A EDUCAÇÃO

As pedagogias emergentes identificadas por Nilma Lino Gomes (2017) — a pedagogia da presença, a pedagogia da memória e a pedagogia da luta — constituem-se como dispositivos analíticos centrais para compreender como estudantes negros recriam o espaço escolar, produzindo presenças insurgentes diante das ausências impostas. A pedagogia da presença afirma a centralidade do corpo negro, reivindicando sua legitimidade epistemológica e política. A pedagogia da memória opera a partir da retomada de histórias, ancestralidades e referências culturais, constituindo territorialidades simbólicas que rompem com o apagamento. Já a pedagogia da luta expressa práticas coletivas que transformam o espaço escolar em campo de intervenção política, ampliando formas de reconhecimento, pertencimento e direito ao território escolar.

Maria Clara e Ênio trazem uma reflexão nas suas falas que contribui para unir lugar-territorializado/território-lugarizado com a educação. Ao abordar o contexto de quando a Restinga foi constituída e a trajetória de lutas para se ter infraestruturas, o IF aparecia como um sonho distante, mas era um desejo real, pois *“a gente pensava: a população jovem da Restinga está crescendo, crescendo e muito, onde é que nós vamos colocar essa juventude pra estudar? Ainda população pobre, que é uma cidade de população, além de maior população negra é a maior população de pobres, [o] que nós vamos [fazer]... Vamos partir então [para] uma luta maior. Quem sabe, pode ser até que fique no caminho o nosso sonho, mas a gente teve que criar coragem para lutar, para a construção da Restinga né, necessidade básica. Então a educação é a prioridade agora. que que nós vamos fazer? o nosso interesse, a nossa política é uma política conjunta, política comunitária [e] nós começamos a fazer a nossa campanha junto às autoridades*

para reivindicar o nosso anseio, o nosso desejo que era construção, a vinda da instalação do Instituto Federal, [por]que a Restinga já tinha uma certa quantidade de líderes comunitários, que também desejavam o campus, então foi aí que a nossa força cresceu”.

4. CAMINHOS FUTUROS A PARTIR DO CONCEITO

A pesquisa desenvolvida foi capaz de estabelecer e debater o conceito devido ao envolvimento da comunidade em suas diferentes escalas de atuação, sendo a mais importante aquela que atravessa o campus Restinga, diretamente. Contudo, é necessário avançar na investigação, onde requer uma abordagem que contemple simultaneamente as materialidades urbanas e paisagísticas, resultantes da luta comunitária por infraestrutura; as territorialidades afetivas, simbólicas e identitárias, que constituem o sentimento de pertencimento e bairrofilia; as disputas políticas e epistemológicas, que definem quem pode produzir conhecimento e de onde se fala (e quem escuta ou deveria escutar); as pedagogias emergentes, forjadas nas experiências negras e periféricas; as dimensões de r-existência, que reafirmam modos de vida, saberes e culturas historicamente subalternizadas.

A necessidade de investigar o espaço escolar a partir desta lente conceitual encontra amparo em Gomes (2017, p. 134). Para a autora “o sistema escolar é um bom ponto de partida para analisar a crise apontada por [Boaventura de Souza] Santos no processo regulação-emancipação e nos conhecimentos por eles produzidos”. Ela também defende – para além das pedagogias das ausências, das presenças, das memórias e das lutas –, que na pedagogia da diversidade (idem, p. 136), “a educação é vista como prática da liberdade, como um ato de amor, um ato político e, por isso, um ato de coragem”, ao parafrasear Paulo Freire. Também reitera que a educação não pode temer o debate e a análise da realidade. Isso a torna uma pedagogia da emancipação.

Lugar-territorializado/território-lugarizado é um conceito em evolução, pois envolve os sujeitos no espaço de análise. Ele é importante para interpretar e compreender como sujeitos periféricos criam, disputam e ressignificam seus espaços, produzindo geografias próprias, marcadas pela r-existência, pela memória e pela afirmação identitária. A experiência cotidiana dos estudantes do campus Restinga — especialmente os negros — revela processos simultâneos de desterritorialização,

vigilância, resistência, reterritorialização e invenção de novos lugares. A escola se apresenta, assim, como espaço de pedagogias formais e informais, hegemônicas e insurgentes, reguladas e criadas, ordenadas e reinventadas.

Nesse cenário, o estudo do lugar-territorializado/território-lugarizado no espaço escolar exige integrar a análise das práticas, dos afetos e das materialidades, como propõe Serpa; às relações de poder, hegemonias e multiterritorialidades, como argumenta Haesbaert; incorporando ainda a crítica racial e a epistemologia do Movimento Negro, como desenvolve Gomes. Essa integração permite revelar as contradições estruturantes do cotidiano escolar e, sobretudo, evidenciar como sujeitos historicamente silenciados produzem novos modos de existir, saber e ocupar territórios que, por muito tempo, lhes foram negados.

5 - REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, N. P. **Origens do Bairro Restinga, entre versões, a inversão do olhar sobre a memória:** uma história autocentrada no discurso do sujeito subalterno sobre o processo de ocupação da comunidade entre 1967–1971. Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2019. 265 f. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/212730>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRUM, Mário. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da ditadura de 1964 aos grandes eventos. O Social em Questão, Ano XVI, n.º 29, 2013 – p. 179-208 disponível em <https://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/8artigo29.pdf#:~:text=Ditadura%20de%201964%20e%20as%20remoções%20Com,como%20uma%20infestação%20que%20crescia%20sem%20controle.>

GAMALHO, Nola Patrícia. **A Produção da Periferia:** das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga – Porto Alegre/RS. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis/RS: Vozes, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15723/1/Territorio-decolonialidade.pdf>

IPHAN – Dicionário do patrimônio cultural - disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/81/quilombo> acesso em 11/11/2025

MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. (org.). **Qual o espaço do Lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos – identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

RECH, Tiago Bassani. O afeto, o pertencimento e o lugar de ação política em uma periferia urbana: a implantação do campus Restinga — IFRS. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021

REGO, N.; RECH, T. B. Amor insurgente, de vila de maloqueiros a lugar territorializado, território lugarizado. *In*: PIRES, C. L. Z.; BITENCOURT, L. M. **Atlas da presença Quilombola de Porto Alegre/RS**. Vol. 2. UFRGS, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248507>

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SERPA, A. **Por uma Geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

TERRITORIALIZED PLACE/PLACED TERRITORY: A METHODOLOGICAL-CONCEPTUAL APPROACH ANALYSIS BASED ON THE RESTINGA NEIGHBORHOOD – PORTO ALEGRE/RS

Abstract: This reflection stems from the analysis of a succession of actions led by community leaders in the Restinga neighborhood, which culminated in the establishment of a campus of the Federal Institute of Rio Grande do Sul (IFRS) in the area. As a peripheral neighborhood of Porto Alegre, it faces several deficiencies—a direct and deliberate result of the State's lack of action in meeting the demands of that urban agglomeration. By considering the history of the neighborhood's geographical formation alongside the implementation of the campus, this study seeks to understand multiple factors related to the categories of geographical space analysis that lead to a hybrid concept: territorialized-place, placed-territory. This proposal discusses the analyzed elements (and the methodology applied) that support this concept, underpinned by the reflections of Gomes, Haesbaert, Marandola Jr., Rech, Santos, and Serpa, as well as the role of this concept within the school space.

Keywords: territorialized-place/placed-territory; Urban Periphery; School Space; Restinga Neighborhood.

LUGAR-TERRITORIALIZADO/TERRITORIO LUGARIZADO: UN ANÁLISIS DEL ENFOQUE METODOLÓGICO-CONCEPTUAL A PARTIR DEL BARRIO RESTINGA – PORTO ALEGRE/RS

Resumen: Esta reflexión es fruto del análisis de la sucesión de acciones provenientes de líderes comunitarios del barrio Restinga que culminaron en la implantación de un campus del Instituto Federal de Rio Grande do Sul (IFRS) en el barrio. El barrio, periférico de Porto Alegre, posee diversas carencias, resultado directo y deliberado de la falta de acciones del Estado para suplir las demandas de aquel aglomerado urbano. Al considerar la historia de la formación geográfica del barrio, aliada a la implantación del campus, se busca comprender los múltiples factores relacionados con las

categorías de análisis del espacio geográfico que culminan en un concepto híbrido: lugar-territorializado, territorio-lugarizado. En esta propuesta, se debaten los elementos analizados (y cómo fueron analizados) capaces de sustentar dicho concepto, apoyado en las reflexiones de Gomes, Haesbaert, Marandola Jr., Rech, Santos y Serpa, así como el papel de este concepto en el espacio escolar.

Palabras clave: lugar-territorializado/território-lugarizado; Periferia Urbana; Espaço Escolar; Barrio Restinga.

Enviado em: 18/02/2026

Aceito em: 26/03/2026